

ATA SESSÃO ORDINÁRIA 458º - 18/05/2023

Ata da quadringentésima quinquagésima oitava (458º) sessão ordinária do primeiro período legislativo da décima nona legislatura (19º). Aos dezoito (18) dias do mês de maio de dois mil e vinte e três (2023) no Teatro D. Pedro II, no Município de Viçosa do Ceará, com início às dezenove horas (19:00hs). O presidente Ediomar de Carvalho, registrou a presença dos seguintes vereadores: Daniel Nilson Sá Lima, Edimar Gabriel da Rocha, Emanuel de Moraes Siqueira, Francisco Antônio Silva Cardoso, Francisco Edilson Nogueira de Sousa, Francisco Ednaldo Fontenele Xavier, Francisco José Alves de Arruda, Giovani Araújo da Cunha, João Luiz Nogueira Pessoa, João Mamede dos Santos, José Océlio Brito Silva, Judite Ana de Brito Fontenele, Manuel Alves de Sousa, Maria Lucinete de Sousa Brito. O presidente convidou o primeiro secretário Francisco Arruda para fazer a leitura da ata da última sessão. O presidente colocou a ata em discussão, e não havendo nenhum vereador para discutir colocou a mesma em votação. Ata aprovada por unanimidade dos presentes (14 votos). O presidente convidou o primeiro secretário a fazer a leitura das matérias do expediente. Quais sejam: Mensagem nº 015/2023 ao Projeto de Lei nº 015/2023, do Poder Executivo - "Institui o Programa de Recuperação Fiscal- REFIS e concede parcelamento especial de débitos fiscais, e dá outras providências." O presidente deu início ao pequeno expediente com tempo máximo de 5 minutos por ordem dos inscritos: Daniel Lima, João Luiz Nogueira, Emanuel Siqueira e Maria Lucinete que dispensaram a palavra. O presidente passou para o grande expediente com o tempo máximo de 20 minutos. O vereador Daniel Lima deu início da sua fala na tribuna e destacou a importância da indicação N°007/2023, de sua autoria e dos vereadores Edilson, Ednaldo, Dr. Giovani, Andrezinho e Manuel Alves. Disse que essa indicação foi protocolada hoje na câmara dentro do prazo regimental para ser apreciada na sessão. Destacou que indicação solicita ao prefeito Franci Rocha que determine ao secretário de saúde a imediata reabertura e funcionamento adequado do posto de saúde Boqueirão dos Bitônios. No entanto, o vereador lamentou que essa indicação não tenha sido colocada em leitura hoje para ser encaminhada ao prefeito, mas registrou a apresentação da mesma. Além disso, o vereador mencionou uma decisão judicial de uma ação direta de inconstitucionalidade que a Câmara perdeu. O prefeito entrou com essa ação alegando inconstitucionalidade em relação a algumas leis ou emendas que tiveram seus vetos derrubados pela câmara. O vereador não recorda especificamente qual matéria estava em questão, mas ressaltou que ela não precisava ser lida novamente na Câmara. Ele enfatizou a importância de saber se o assessor jurídico da casa acompanhou o processo, se manifestou ou entrou com recurso. Por fim, o vereador informou que haverá um novo julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade em 1º de junho, mas não está ciente de qual projeto está em discussão. Ele expressou a esperança de que a Câmara, como parte interessada, e o assessor jurídico

participem do processo, fazendo a sustentação oral e, caso não prevaleçam, recorram ao tribunal competente. O vereador Daniel Lima concedeu a parte para o vereador Manuel Alves que fez uma intervenção para falar sobre a atuação do atual advogado da câmara. Ele informou que atualmente existem pelo menos quatro ações de inconstitucionalidade em andamento no Tribunal de Justiça. Essas ações estão relacionadas ao reajuste salarial da guarda civil municipal, ao transporte gratuito dos universitários, à fila do SUS e a taxa de iluminação pública. O vereador destacou a importância do atual advogado da câmara apresentar esses processos, uma vez que o nome de um ex-advogado da casa, Dr. Alaercio Junior, ainda está circulando no Diário Oficial. Ele solicitou ao presidente da câmara que designasse o atual advogado para trabalhar nesses processos, especialmente considerando que haverá uma sessão de julgamento em 1º de junho, possivelmente relacionada à taxa de iluminação pública. O vereador Manuel Alves afirmou que a câmara tem o dever de defender esses processos, uma vez que as leis em questão foram aprovadas pelos vereadores, incluindo o autor do projeto de lei, que defendeu sua aprovação. No entanto, ele expressou preocupação de que, como aliado do prefeito, o autor do projeto possa não estar defendendo adequadamente essas questões. O presidente da câmara já solicitou formalmente a substituição do nome do ex-advogado pelo nome do atual advogado da casa. O vereador Daniel Lima deu continuidade a sua fala e agradeceu ao vereador Manuel Alves e afirmou que trouxe o assunto para discussão para expor a falta de transparência e o descumprimento das determinações legais por parte do regime próprio de previdência social de Viçosa do Ceará, conhecido como Viçosa Prev. Disse que o Ministério Público instaurou um inquérito civil para investigar as irregularidades e falta de transparência nesse regime. O vereador destacou a importância de dar conhecimento aos vereadores, à população e aos servidores municipais sobre as investigações em andamento. Ele também mencionou outra questão, relacionada a um suposto crime e fraude cometidos pela prefeitura de Viçosa do Ceará, envolvendo o repasse financeiro para a Câmara de Vereadores. O vereador apontou indícios de conluio entre a Câmara e a prefeitura, além de irregularidades na publicação de um decreto no Diário Oficial do município. O assunto está sendo investigado pela Polícia Civil e pelo Ministério Público. O vereador concluiu mencionando a necessidade de acompanhar o uso do dinheiro repassado para a Câmara de Vereadores e questionando as ações realizadas com esses recursos. Pela ordem de inscritos no grande expediente o vereador João Luiz Nogueira expressou sua satisfação em estar presente na tribuna novamente e agradeceu a Deus pela oportunidade de participar da sua caminhada política. Ele mencionou seu pai, que tem 103 anos, e expressou a esperança de que ele chegue aos 104 anos com lucidez. O vereador disse que o presidente desta casa, havia prometido atender sua solicitação, mas posteriormente deu uma resposta negativa. Ele criticou o presidente por usar o veículo do poder legislativo para benefício pessoal, considerando essa atitude vergonhosa. O vereador expressou a

importância de fiscalizar o poder executivo e afirmou que não deveriam ser desviados recursos para ações que não estão de acordo com a finalidade clara do poder legislativo. Ele também mencionou a possibilidade de levar o caso ao Ministério Público se necessário, para garantir que a justiça seja feita. O vereador João Luiz Nogueira concedeu uma parte para o Vereador Daniel Lima, que expressou sua indignação com a situação em Viçosa do Ceará. Segundo ele, é vergonhoso que a Câmara Municipal esteja submissa ao gabinete do secretário de finanças, desrespeitando a independência do poder legislativo conforme previsto na Constituição e na lei orgânica do município. O presidente negou o pedido do Vereador Andrezinho, alegando que o poder de fiscalização não é individual, mas da casa, citando duas jurisprudências. No entanto, o presidente não mencionou a fiscalização, enfim disse que alguns vereadores utilizam o carro oficial para fins pessoais, como levar familiares para outras cidades ou buscar amantes em Jericoacoara, em vez de usá-lo para questões de saúde ou trabalho. O presidente apresentou os dados de gastos com combustível, destacando que já foram utilizados mais de 13 mil reais e mais de 2000 litros de combustível, questionando o destino e a utilidade desses recursos. Concluiu e disse que o benefício pessoal prevalece em detrimento das necessidades da população. O Vereador João Luiz Nogueira continuou falando que exatamente uma a questão que o vereador Daniel acabou de tocar a questão do consumo do combustível não é que é que faz a gente está certo tem as viagens agora para Fortaleza tem uma viagem para Teresina, mas o carro é só para utilizar só para fora da cidade. Em sua fala concedeu a parte ao vereador Giovani falou sua insatisfação com uma decisão de indeferimento lida no local onde estão presentes. Pediu ao presidente que demita ou mande estudar novamente quem tomou essa decisão. O vereador disse que essa ação como um abuso de autoridade e afirma que o pedido feito por ele era apenas para realizar uma fiscalização em alguns prédios públicos no distrito de Quatiguaba. Ele mencionou que isso afeta a população de forma abusiva. Em seguida, o Vereador Andrezinho é mencionado, sendo encorajado pelo vereador Giovani a continuar atendendo às convocações do povo, e que ele estará ao seu lado. O Vereador Giovani concluiu dizendo que o presidente não deve pedir que ninguém trabalhe, pois agora os seis vereadores estão unidos nessa questão. O Vereador João Luiz Nogueira em sua fala criticou o presidente da câmara por negar um carro para fins de fiscalização e trabalho dos vereadores, alegando abuso de autoridade e falta de embasamento. Ele mencionou a queda de duas pontes e a falta de estrutura adequada, sugerindo superfaturamento e má qualidade na obra. O vereador expressou sua indignação com a falta de autonomia do presidente da câmara, afirmando que suas ações são influenciadas pela prefeitura. Ele fez um apelo para que a câmara cumpra a lei e o regimento interno, destacando que as votações estão sendo fraudulentas e que levará o caso à justiça. O vereador também mencionou a falta de estrutura mínima para os vereadores e alega que os benefícios estão sendo direcionados apenas para os aliados políticos. Disse

que há referências a mentiras, desrespeito e falsidade, com o vereador afirmando que não se calará diante disso e preferindo enfrentar um confronto físico a ser alvo de difamação. O vereador concedeu a parte ao vereador Ednaldo que mencionou ter conhecimento do requerimento do vereador Andrezinho solicitando o uso do carro da Câmara para fins de fiscalização e trabalho. Ele alertou que, ao longo de sua experiência, testemunhou três presidentes anteriores da Câmara de Viçosa agindo de acordo com orientações de outras pessoas, como prefeitos e secretários, e todos foram condenados por improbidade e enfrentaram processos criminais na justiça. O vereador Ednaldo sugeriu que ao presidente considerasse os riscos envolvidos e refletisse sobre a possibilidade de ter a responsabilidade legal caso algo ocorresse. Ele enfatizou a complexidade da política e aconselhou o presidente a tomar cuidado para evitar problemas legais. O vereador João Luiz Nogueira continuou sua fala expressando a preocupação com a falta de respeito ao regimento interno da câmara durante as votações, afirmando que o direito dos vereadores de fiscalizar está sendo negado. O vereador João Luiz Nogueira concedeu a fala ao vereador Edilson Nogueira lamentou o ocorrido, ressaltando que as consequências afetarão todos os membros da câmara, inclusive o presidente. Ele mencionou que a câmara possui três veículos destinados aos vereadores e que eles foram orientados pelo promotor a fazer requerimentos para utilizá-los. O vereador destacou a importância de fiscalizar o poder executivo e pediu ao presidente para corrigir seus erros. O vereador João Luiz Nogueira também mencionou a demora da conclusão de uma obra na casa legislativa, argumentando que isso reflete problemas na cidade e a necessidade de mais empregos. Ele pediu que o presidente reavalie suas ações e não se envolva em discursos difamatórios. O presidente convidou o vereador João Mamede para fazer uso da palavra por no máximo 20 minutos, vereador João Mamede pede dispensa e convidou Emanuel Siqueira fazer uso da palavra por 20 minutos. O vereador Emanuel Siqueira destacou o compromisso do presidente da Câmara de Viçosa do Ceará com a população. Ressaltou que o presidente tem sido aberto ao diálogo desde o início de seu mandato, apesar das dificuldades enfrentadas. O vereador elogiou a paciência, capacidade de ouvir e compartilhar decisões do presidente, tanto com os vereadores que o apoiam quanto com aqueles que o criticam. Ele mencionou que suas indicações como vereador eram frequentemente arquivadas, mas agora o presidente encaminha todas as indicações para votação, independentemente do apoio ou oposição dos vereadores. O vereador também mencionou que o presidente disponibilizou recursos para os vereadores participarem de uma marcha em Brasília, demonstrando compromisso com o mandato. Ele esclareceu que algumas ações do presidente, como desmarcar uma viagem devido a pedidos de vereadores de oposição, são exemplos de como o presidente respeita seus colegas vereadores. O vereador pediu que a população de Viçosa fique ciente dessas informações para evitar uma imagem equivocada do presidente como alguém autoritário e obstinado a negar os pedidos dos colegas vereadores. O

vereador Daniel Lima pediu que colega Emanuel Siqueira lhe concedesse uma parte e falou que a vossa excelência se refere a essa viagem que foi adiada sua, só esclarecimento você mesmo foi junto com o presidente o vereador Francisco Arruda então não adianta chorar aí, deve fazer chororo, está dizendo que teve uma viagem adiada os vereadores solicitaram o carro o transporte fale a verdade, a verdade precisa prevalecer e só para concluir, a viagem que esses vereadores de oposição fizeram, foi justamente a procuradoria dos crimes contra a administração pública do estado do Ceará – APROCAP, levamos provas contundentes, robustas de documentos, vídeos, fotos gravações, inclusive termos de declaração registrada em cartório que logo vai ter prefeito e secretário preso em Viçosa do Ceará por conta da atuação desses 6 vereadores de oposição que mantém a resistência. O vereador Emanuel Siqueira deu continuidade e expressou sua insatisfação em relação à interpretação equivocada de suas questões na câmara municipal. Ele mencionou que o presidente sugeriu o adiamento de sua viagem e que os parlamentares de oposição viajaram a Fortaleza sem o motorista da Câmara. O vereador enfatizou que suas declarações são verdadeiras e registradas em suas redes sociais, demonstrando sua preocupação em melhorar o espaço da Câmara e valorizar o mandato dos vereadores. Ele criticou a tentativa de distorcer suas palavras e enganar o povo de Viçosa do Ceará. Em seguida, mencionou seu projeto de lei de isenção de iluminação pública, que foi arquivado, mas posteriormente aprovado em 2022. Ele continuou defendendo esse projeto e solicitou o apoio da assessoria jurídica da Câmara. O vereador também falou sobre a sessão realizada no sindicato dos trabalhadores rurais e o projeto desenvolvido pelo movimento sindical para apoiar as mulheres agricultoras de Viçosa a participarem da Marcha das Margaridas em Brasília. Mencionou o compromisso do sindicato em fortalecer as lutas das categorias e convidou os vereadores a apoiarem o projeto. O vereador Emanuel Siqueira concedeu a parte para o vereador Toinho que justificou sua opinião em relação ao presidente da Câmara. O vereador Toinho falou que, ao contrário do que se esperava, ele tinha uma visão positiva do presidente, ressaltando que nunca viu outro presidente ceder o carro da câmara para os vereadores dirigir até Fortaleza. Ele enfatizou que o presidente Ediomar tem um bom coração e não tem intenção de prejudicar ninguém, e que muitas vezes os requerimentos não atendidos ocorrem devido à existência de outras prioridades entre os 15 vereadores. Ele comparou essa gestão com outras anteriores, onde também houve situações em que requerimentos não foram atendidos. O vereador Emanuel Siqueira deu continuidade e disse que aproveitando que o Toinho fez a intervenção e ele estava aqui falando sobre o projeto macha das margaridas acabou esquecendo, mas assim eu queria é registrar aqui o trabalho da companheira Vanusa que é a secretária de mulheres do nosso sindicato que está à frente dessa mobilização, ao presidente daquela casa o companheiro Antônio José Lima Correia lá do Campo do Meio, registrou aqui todo o trabalho da direção do sindicato dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras

familiares de Viçosa que historicamente tem firmado os seus passos em defesa dos homens e das mulheres do campo em nosso município. O presidente falou que ainda no grande expediente pela ordem de inscrito convidou a vereadora Maria Lucinete fazer o uso da palavra, a mesma dispensou a palavra. O presidente Ediomar falou que queria só aproveitar aqui o gancho das discussões, questionou se o vereador Andrezinho queria pedir pela ordem para falar alguma coisa. O vereador João Luiz Nogueira disse que só para responder ao pedido e foi indeferido pediu o carro porque o senhor não teve as respostas você só disse que poderia me dar porque teria uma outra viagem, ele já tinha me é de outra vez e dar dessa desculpa e agora ele negou dizendo que não é do trabalho do vereador fazer fiscalização. O presidente deu continuidade a sua fala reconhecendo que existem situações na Câmara municipal em que até mesmo pessoas experientes acabam cometendo erros ao assinar documentos. O presidente admite que como não tem formação e muito conhecimento, também pode cometer erros, mas está disposto a aprender com os demais vereadores. O presidente destacou a importância de um assessor jurídico, que pode se tornar oficialmente o procurador da Câmara municipal. Mencionou a presença de um advogado na Câmara durante determinado horário e comentou que o vereador Daniel está concluindo sua advocacia. O presidente expressou a ideia de que não é necessário passar por situações embaraçosas, e que é preciso chegar a um bom senso e evitar brigas. Ele relatou ter estado em Brasília com outros vereadores, mencionando que o vice-presidente não pôde comparecer, lá o vereador Daniel precisou de um documento e falou que concedeu a ele. O presidente ressaltou que busca ser parceiro e precisa da parceria dos outros membros, agradece a Samuel por uma informação fornecida na Câmara e afirmou que a conjuntura política não deve afetar as amizades. Ele reconhece a importância de receber orientações e agradece a todos por isso. O presidente mencionou que alguns requerimentos foram enviados à Câmara, e ele precisa verificar o que aconteceu e se é necessário ler ou divulgar essas informações. Ele reforçou seu compromisso em ajudar da melhor maneira possível, mas ressaltou que não quer que as pessoas hajam de forma falsa e traiçoeira. Ele pediu respeito e destacou que a sessão está sendo gravada e transmitida ao vivo. O presidente comentou sobre um relato passado que um vereador pediu para ser retirado e afirma que não quer confusão, apenas ajudar. Mencionou a importância da presença do Dr. Pessoa, convidou o povo para assistir às sessões, e ressaltou que precisa da ajuda não apenas dos presentes, mas também daqueles que estão fora e podem enxergar mais coisas. Também sugeriu a possibilidade de marcar reuniões para discutir projetos futuros. O vereador Ednaldo em sua fala destacou que, mesmo sem muito conhecimento, assinar um documento implica responsabilidade e que o presidente não pode alegar ignorância caso algo dê errado. Enfatizou que é importante prestar atenção nos documentos assinados e entregues, pois o presidente é o responsável no final e deve assumir as consequências. O presidente agradeceu a intervenção do vereador Ednaldo. O

vereador Daniel Lima disse que só para colaborar vossa excelência disse que falou com assessor jurídico disse que já foi feito, o que tinha que ser feito e vai ser só julgamento essa sessão tem uma sustentação, tem uma sustentação oral, essa sessão de julgamento então ele tem que participar tem que defender a casa a câmara de vereadores acha que ele está desinformado ou não tem certo conhecimento ou então é despreparo, então assim só para esclarecer que vossa excelência falou com ele diz que não tem mais nada a ser feito é só esperar o julgamento ele tem que participar da sessão e fazer a sustentação oral a defesa da Câmara de vereadores de Viçosa do Ceará. O vereador Giovani expressou sua posição contrária ao senhor, afirmando que está à disposição da casa para ajudar, como sempre fez. Ele mencionou que a única coisa que sempre defendeu é a necessidade de independência, explicando que enquanto não perceber essa independência no legislativo, fica difícil trabalhar. Ele indicou que mesmo sendo presidente, ainda não percebe essa independência, e que é importante para ele preservá-la, conforme previsto na constituição. Ele se desculpou e se coloca à disposição para ajudar com a questão da exposição sobre a criação dos cargos ocorrida no ano anterior, oferecendo-se para repassar a informação para a assessoria do presidente. O vereador reiterou também sua disposição de colaborar, desde que haja independência no legislativo. O presidente agradeceu ao vereador por se colocar à disposição e expressa gratidão por isso. Ele mencionou que haverá uma assessoria jurídica na câmara e destaca que esse é o primeiro passo para a resolução que está por vir. O presidente mencionou que em breve eles vão se reunir para discutir e identificar melhorias. Em seguida, ele anunciou que passará para outro assunto e introduz a discussão do Projeto de Lei de Resolução nº004/2023, que trata dos cargos de provimento em comissão, suas remunerações, e também estabelece o reajuste da remuneração dos servidores efetivos, além de outras providências. O vereador João Luiz Nogueira mencionou que deseja discutir um ponto específico relacionado ao projeto em questão. Ele destacou que o projeto trata da carga horária de trabalho dos funcionários, estipulando o pagamento com base em 40 horas semanais. No entanto, ele ressaltou que durante o período da pandemia, houve um decreto que reduziu o expediente da Câmara Municipal para meio expediente, e até o momento essa medida continua em vigor, mesmo após o término da pandemia. O vereador argumentou que o projeto se torna ilegal, uma vez que trata de um reajuste baseado em uma carga horária que não está sendo cumprida. O vereador Daniel Lima fez referência a uma conversa prévia com o presidente, informando que a matéria em discussão e votação será apresentada posteriormente em uma nova versão. Ele mencionou que essa nova versão incluirá a criação de cargos de assessoria, destacando que apenas existem 4 cargos atualmente, enquanto são necessários mais devido ao número de vereadores (15 no total). O vereador expressou a intenção de retirar o projeto de resolução de discussão e apresentar um novo, focado especificamente no reajuste dos servidores efetivos e nos cargos de

provimento em comissão, ambos com relação ao salário mínimo. Ele indica que a decisão de prosseguir com essa proposta dependerá da resposta do presidente. O presidente disse que o projeto continua em discussão. O vereador Daniel Lima discutiu diversos aspectos relacionados ao projeto de resolução em questão. Mencionou que o projeto cria cargos em comissão na câmara de vereadores e destaca que a carga horária desses cargos será de 40 horas semanais. No entanto, ele questiona se esse projeto será aprovado hoje, já que a Câmara está funcionando apenas 6 horas por dia, ao invés das 8 horas previstas no projeto. O vereador também aborda o reajuste da remuneração do servidor efetivo, indicando que o salário atual é de R\$ 1.212 e será reajustado para R\$ 1.320, totalizando R\$ 2.532. Menciona que a constituição prevê que a fixação e alteração da remuneração dos servidores públicos devem ser feitas por lei específica, e destaca que o projeto de resolução não se enquadra nesse requisito. O vereador ainda questiona a existência de outras resoluções e destaca a importância de votar de forma responsável. Ele mencionou a existência de uma resolução de 2022 que trata da atualização dos valores dos cargos em comissão e levantou dúvidas sobre a revogação dessa resolução. O vereador Daniel Lima concluiu mencionando a justificativa da mesa diretora do projeto e orientou os vereadores de oposição a se absterem de votar no projeto, alegando preocupações sobre a criação de cargos de assessores parlamentares e a possibilidade de práticas irregulares. Ele mencionou que a abstenção seria uma opção para não ser contra o projeto, mas ressalta que o servidor efetivo receberá um aumento salarial para cerca de R\$ 2.500. O presidente expressou gratidão e reafirma seu compromisso em ajudar e ser ajudado, garantindo que nunca atacou ninguém diretamente ou deixou de fazer algo sem conhecimento. Ele mencionou uma conversa com o vice-presidente e o primeiro secretário, buscando ajuda para uma determinada questão que será retirada de pauta. Ele convida os presentes a agendar uma reunião para discutir algumas mudanças, principalmente relacionadas à estrutura da casa legislativa. O presidente também mencionou a dificuldade ao encontrar documentos e expressou a intenção de aumentar o quadro de funcionários e fornecer assessores para todos os vereadores. No entanto, ele ressaltou a necessidade de ajuda e orientação dos presentes para chegar a um consenso e evitar votações contraditórias. O presidente agradeceu e fez a retirada do Projeto de Resolução nº004/2023 de pauta, e convidou os vereadores para uma reunião, mencionou as dificuldades financeiras e expressou a intenção de fazer melhorias na estrutura e no quadro de funcionários. O vereador Giovani expressa sua opinião sobre uma resolução relacionada à estrutura organizacional da câmara dos vereadores. E afirmou que no ano passado foram feitas mudanças nessa estrutura, incluindo a possibilidade e a necessidade de realizar um concurso público. Alguns cargos devem ser preenchidos por meio de concurso público, conforme estabelecido pela resolução existente. O vereador chamou atenção para o fato de que a função de cada cargo deve ser definida, mencionando especificamente o papel

do assessor legislativo. Ele nota que essa resolução já existe e que está estudando e analisando outras câmaras para obter informações adicionais. O vereador expressou satisfação pelo fato da proposta ter sido retirada de pauta e se coloca à disposição para contribuir na reestruturação da Câmara de Viçosa do Ceará. Ressaltou que essa ação é merecida pela instituição. O presidente falou que nem nas antigas tinha, mas nós vamos chegar lá. Comunicou aos vereadores e o público aqui presente que o vereador Daniel vai estar de aniversário no dia 22 deste mês, o Dr. Giovanni também vai estar de aniversário dia 24 desse mês e o vice-presidente também desta casa vai estar de aniversário dia 23, então queria desde já parabenizar os senhores que Deus abençoe, com muita saúde, paz, muita Vitória nas suas conquistas e queria pedir aos senhores que a gente está sempre de costume no final da sessão fazer um bolinho e comemorar e fizemos um bolinho, queria pedir aos vereadores, vereadoras e o público aqui presente os nobres colegas que estão de aniversário decidir que a gente pudesse ali cantar um parabéns para os senhores. O presidente comunicou que não há ninguém escrito para explicação pessoal. O vereador Daniel Lima agradeceu as felicitações, as palavras de felicitações a lembrança, portanto disse vai declinar, vai recusar entende que foi de boa fé de vossa excelência a confecção desse bolo aí então declarou não sabe o que é que está pagando isso aí existe um contrato na Câmara não é com mais dezesseis mil reais para lanches e tudo, então vocês estão sendo pago com dinheiro público, isso fere o princípio, da impessoalidade, da moralidade então rejeitou, mas agradeceu as palavras de felicitações. O vereador Giovani agradeceu pela lembrança do aniversário daqui a 2 semanas, mas de certa forma também eu acho que não é muito interessante da minha parte, esse tipo de a promoção, agradeceu de coração ao senhor, mas prefere ficar só nesse agradecimento e nesse reconhecimento de vossa excelência. O presidente Ediomar falou sobre um bolinho que foi feito com a intenção de parabenizar os senhores, utilizando o dinheiro do vereador Ediomar. Ressaltou que o dinheiro não é de ninguém em particular e que a intenção não é promover ou alegrar alguém especificamente, mas sim fazer algo diferente para homenagear o nobre colega vereador. O presidente mencionou que, diante da recusa, não pode fazer nada, mas deixa a lembrança de que vossa excelência possa comemorar no dia que desejar. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrado a presente sessão e comunico que a próxima sessão ordinária, se realizará no dia 01 de junho do corrente ano, no Teatro D. Pedro II no município de Viçosa do Ceará, e eu Francisco Arruda, primeiro secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e discutida, será votada e assinada pelo presidente, primeiro secretário e demais vereadores presentes.